

ÁREAS TEMÁTICA: 6. Finanças

**MAIOR LITERACIA FINANCEIRA E FISCAL TRIBUTÁRIA MELHORAM
DECISÕES FINANCEIRAS EMPRESARIAIS? ESTUDO COM GESTORES
E EMPREENDEDORES BRASILEIROS**

RESUMO

As empresas brasileiras, principalmente o setor de pequenas e médias empresas (PMEs), para garantir sua sobrevivência no mercado dependem de fatores externos e da competência dos empreendedores em gerir do ponto de vista financeiro e fiscal tributário. A ocorrência de crises financeiras em todo o mundo ascendeu uma crescente e contínua inquietação com a literacia financeira e sua relevância como ferramenta basilar de suporte em prol de melhorias do nível de alfabetização financeira. A gestão financeira e fiscal tributária demanda aprimoramento do conhecimento e mudanças críticas em relação a atitudes e comportamentos de gestores, empreendedores e empresários. Essas atitudes estão diretamente atreladas aos processos que implicam a tomada de decisão como forma de avaliar os níveis de conhecimento financeiro e implementar meios para aprimorá-los, para isso, é imprescindível mensurar os níveis de alfabetização que os indivíduos apresentam. Este estudo teve como objetivo geral verificar se maior literacia financeira e fiscal tributária melhoram decisões financeiras de empresários no Brasil. Para isso, foram pesquisados conteúdos pertinentes aos aspectos da alfabetização financeira fiscal e fiscal tributária em questões ligadas à implementação e planejamento de negócios que envolvem atividades comerciais, conhecimento e comportamento dos empresários. Para elucidar os objetivos propostos e testar as hipóteses empregou-se técnicas de análise descritiva e ferramentas de estatística por via de análise fatorial confirmatória e a Modelagem de Equações Estruturais. A pesquisa é baseada no método hipotético-dedutivo, pois visa a aferição de fenômenos que ocorrem a partir da formulação de hipóteses. O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário com uma amostra de pesquisa composta por 232 participantes, de ambos os sexos, embora a predominância de respostas partiu de indivíduos do sexo masculino, que por meio da aplicação de questionários foi possível concluir que a literacia financeira e fiscal tributária são conceitos chave que pode ajudar a garantir o sucesso de um projeto empreendedor.

Palavras-chave: Literacia Fiscal. Literacia Financeira. Processo decisório. Empreendedor. Finanças Comportamentais.

ABSTRACT

Brazilian companies, specially from the segment of small and medium-sized companies (SMEs), depend on external factors and the competence of entrepreneurs to manage from a financial and tax point of view to ensure their survival in the market. The financial crises around the world led to a growing and continuous concern with financial literacy level and its relevance as a fundamental support tool. Financial and tax fiscal management demand improved knowledge and critical changes toward attitudes and behaviors of managers, entrepreneurs, and businessmen. These attitudes are directly linked to the processes that imply decision-making as a way of evaluating the levels of financial knowledge and implementing means to improve them. Therefore, it is essential to measure the literacy levels that individuals present. This study aimed to verify whether greater financial literacy and tax improve financial decisions of entrepreneurs in Brazil. For this purpose, research was conducted on issues related to the implementation and planning of businesses that involved commercial activities, knowledge, and behavior of entrepreneurs of fiscal literacy. The next step was to test the hypotheses, using descriptive analysis techniques and statistical tools through confirmatory factor analysis and Structural Equation Modeling. The instrument used was a questionnaire with a research sample that ended with 232 participants of both sexes, with predominance of from male individuals. It was possible to conclude that financial literacy is a key concept that can help ensure the success of an entrepreneurial project and should be a priority in academics and practice for entrepreneurial success improvement.

Keywords: Fiscal Literacy. Financial Literacy. decision-making process. Entrepreneur. Behavioral Finance.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa

Em 2019, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou uma pesquisa intitulada de “Demografia das Empresas e estatísticas de Empreendedorismo” na qual era retratado o panorama de algumas empresas brasileiras. Foi constatado que 77,1% das empresas no país encerram suas atividades antes mesmo de completar 10 (dez) anos de funcionamento, e apenas 22,9% conseguem se manter no cenário mercadológico por mais de dez anos (IBGE, 2019). Os dados dessa pesquisa referiram-se a empresas de todos os setores e portes.

De acordo com a pesquisa “Sobrevivência das Empresas no Brasil”, realizada em 2016 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), levando em consideração apenas empresas do setor de comércio e taxas de sobrevivência pelo período de 2 (dois) anos, a taxa de sobrevivência de empresas em todo o Brasil é de 77,6%, enquanto no Estado de São Paulo (SP) é de 76,3% (SEBRAE, 2016). Isto posto, é salutar e relevante identificar as principais causas que limitam o desenvolvimento econômico-financeiro de muitas empresas brasileiras.

Nesse contexto, o objeto de estudo busca verificar como as decisões financeiras associadas ao conhecimento financeiro e fiscal tributário influenciam os processos decisórios empresariais dos gestores brasileiros.

Kiran e Bozkurt (2020) apontam que o risco e a responsabilidade relacionados às transações financeiras empresariais estão aumentando constantemente e as decisões erradas têm um impacto em escalas micro e macro das organizações. Os autores apontam a literacia financeira como fator importante para a gestão dos negócios, ao examinarem o nível dela em empreendedores do Mediterrâneo Ocidental e sua tendência a assumir riscos, bem como a tolerância às variáveis de incerteza. Ademais, as habilidades de alfabetização financeira tornaram-se uma necessidade no processo de decisão empresarial que se inicia desde a introdução da ideia do negócio até o seu estabelecimento, e por fim, sua gestão.

De Lema, Palomo e Soto (2021) demonstram que a literacia financeira do *Chief Executive Officer* (CEO) alivia as restrições financeiras das PMEs. Já Amagir *et al.* (2020), assim como Wahyono e Hutahayan (2021) identificaram a influência da literacia financeira no desempenho financeiro tanto de indivíduos como no desempenho financeiro de PMEs, e que o bom desempenho e acurácia nas tomadas de decisões financeiras ficam comprometidas quando há analfabetização financeira.

Quanto à literacia fiscal tributária, Batrancea *et al.* (2018) afirmam que os impostos são um elemento importante na alteração dos níveis de sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações em todo o mundo.

Os autores estudaram o conceito de comportamento fiscal sustentável na Romênia e no Brasil, ambos ligados às realidades dos mercados emergentes, além disso, demonstraram que um comportamento tributário compatível pode ser observado como um comportamento tributário sustentável baseado na promoção de uma tributação justa capaz de financiar a qualidade de vida, também apoia o bem-estar sustentável, auxiliando na desoneração financeira e nos resultados financeiros da organização.

Diante da instabilidade política-econômica instaurada no país na atualidade é válido inserir a literacia financeira e fiscal tributária de forma criativa nas empresas visando a melhoria do desempenho, acalentando o crescimento dos negócios e alcançando competitividade, além de fornecer uma visão de melhoria da educação financeira e tributária como um catalisador para mudanças.

Na busca realizada nas bases de dados científicas *Web Of Science* e *Scopus* no dia 29 de novembro do ano de 2021, utilizando-se os termos ‘*Financial Literacy*’ e

'Decision', bem como 'Tax Literacy' e 'Decision' não gerou identificação de artigos que tratassem de forma simultânea da temática, evidenciando uma lacuna de conhecimento. Com o propósito de gerar conhecimento que venha mitigar a lacuna existente e contribuição prática para diminuir a mortalidade dos negócios dos empreendedores brasileiros, este estudo propôs-se a responder a seguinte questão de pesquisa: Maior literacia financeira e fiscal tributária melhoram decisões financeiras empresariais?

A contribuição teórica está diretamente relacionada à resposta do problema de pesquisa, enquanto a contribuição prática está relacionada ao diagnóstico da literacia financeira e fiscal tributária dos gestores e empreendedores brasileiros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Finanças Comportamentais: Superando a Abordagem Neoclássica

A abordagem tradicional de finanças corporativas centra-se na gestão baseada no valor da empresa em um conjunto de três princípios das teorias neoclássicas: o comportamento racional, o modelo de precificação de ativos fixos, e os mercados eficientes. Pesquisas na literatura mostram que uma suposição meramente racional do comportamento dos executivos e investidores não pode ser feita em sua totalidade (SHAH, 2013).

Kahneman e Tversky (2013) debruçaram-se sobre as diversas razões que fazem os indivíduos agirem de maneira inconsistente com a teoria econômica tradicional e propuseram Teorias Heurísticas como base para uma teoria alternativa, abrindo espaço então, para as finanças comportamentais. As pesquisas e colaborações de Tversky e Kahneman foram de grande importância para a área de teorias financeiras, a ponto de lhe renderem um Nobel de Economia no ano de 2002 e, até hoje os autores representam a base para os estudos e análises do comportamento financeiro de investidores e executivos e todo o mundo, despertando o interesse de diversos estudiosos, a fim de compreender cada vez mais a teoria e sua aplicabilidade empírica.

Em síntese, a finança comportamental é definida como um campo teórico de pesquisa que afirma que as variáveis psicológicas e comportamentais dos indivíduos interferem e são diretamente envolvidas em suas atividades nas finanças corporativas e decisões de investimento. É dentro deste campo, que este trabalho se desenvolve.

2.2 Literacia Financeira e Literacia Fiscal Tributária: Conceitos Interrelacionados

A alfabetização financeira pode ser concebida de forma ampla ou estrita. Em uma perspectiva mais ampla, a alfabetização financeira pode ser declarada como a compreensão da economia e circunstâncias econômicas influenciam as decisões das unidades familiares. Alfabetização financeira, conhecimento financeiro e educação financeira frequentemente têm sido utilizados intercambiavelmente tanto como parte da redação acadêmica quanto na mídia popular (ANDRADE; LUCENA, 2018)..

Em casos que os indivíduos são alfabetizados financeiramente há o entendimento sobre diversos tópicos financeiros, embora essa concepção não signifique que eles serão capazes de tomar decisões em relação ao gerenciamento do dinheiro. Todavia, nem sempre a tomada de decisão em relação à gerência do dinheiro será realizada de forma correta pois envolvem os sentimentos.

Anshika, Anju e Mallik (2021) enfatizam que os achados encontrados nas pesquisas servem para implementar e formular políticas que visem a melhoria do nível de alfabetização financeira de empreendedores, isto posto, o aumento do nível de escolaridade estaria proporcional ao nível de alfabetização financeira. A pesquisa

ocorreu por meio de um questionário estruturado entregue a 375 empreendedores do Estado de Punjab na Índia.

García-Pérez-de-Lema, Ruiz-Palomo, e Diéguez-Soto (2021) retrataram que uma pesquisa com 310 empreendedores de PMEs espanholas mostrou que a alfabetização financeira do CEO influencia diretamente no desenvolvimento financeiro da instituição, além disso, a inovação tecnológica está diretamente atrelada ao refrigério das restrições financeiras que impactam direta ou indiretamente a empresa.

Alexander e Balavac-Orlic (2022) elencam em sua pesquisa que há uma relação proximal entre a concepção e percepção de justiça tributária, e a moral tributária vinculada ao nível de alfabetização financeira e tributária. Os resultados mostraram que o efeito moderador da justiça tributária é substancialmente negativo para níveis baixos de alfabetização financeira e tributária, e apresenta uma melhora progressiva com o progredimento da alfabetização. Além disso, a pesquisa baseada nas respostas de 627 americanos dos EUA e Reino Unido apontou que a moral tributária avança à medida que o sistema tributário se apresenta justo, todavia, o impacto é expressivo somente para níveis de alfabetização financeira maiores.

Por meio de um estudo randomizado, Kaiser e Menkhoff (2022), mostraram a importância de aprendizagens ativas ligadas à educação financeira oferecida a varejistas na zona rural de Uganda, em detrimento a uma metodologia mais tradicional baseada apenas em palestras e planos de aulas estandardizados. Os achados apontaram para uma maior relevância de aplicabilidade de conhecimentos sobre educação financeira a partir de uma metodologia mais participante e eficiente em desfavor de um modelo mais engessado de palestras. Isto posto, a aprendizagem financeira ativa teve um efeito assertivo em relação a investimentos e poupanças.

2.3 Literacia Financeira nas pequenas e médias empresas

2.3.1 Literacia Financeira e Sobrevivência

As PMEs têm trazido grandes benefícios não só para a economia, mas também para a sociedade em geral. No Brasil, as PMEs empregaram em 2016, conforme edição mais recente do Anuário do Trabalho desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), mais de 13,3 milhões de pessoas em empregos formais, o que representa mais de 75% de todos os empregos (SEBRAE, 2018). Ademais, conforme relatório do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em 2019 os pequenos negócios foram responsáveis por gerar 60.750 novos empregos no mês de janeiro, demonstrando a importância do setor para a criação de novas fontes de renda ao longo do país, auxiliando muitas pessoas (SEBRAE, 2019).

A necessidade de priorizar a alfabetização financeira nunca aparentou ser tão urgente quanto o presenciado nas últimas duas décadas, sobretudo considerando as falhas do mercado financeiro de 2008 que abalou as estruturas básicas não só do setor econômico-financeiro, mas de todas as sociedades do planeta. Essa situação expôs a fragilidade dessa esfera, capaz de causar danos catastróficos para aqueles mais qualificados na área, quem dirá para aqueles que foram pegos sem preparações prévias (KOVÁCS; TERTÁK, 2016).

A falta de planejamento, financiamento insuficiente e a falha na gestão representam os principais fatores de desenvolvimento da vulnerabilidade que limitam ou impedem o alcance dos objetivos impedindo seu crescimento e reduzindo sua solvência. A falta de habilidade em alfabetização financeira também foi identificada como uma das restrições mais sérias que as PMEs enfrentam e prejudicam sua sustentabilidade (HUSSAIN; SALIA; KARIM, 2018).

O estresse financeiro é um problema significativo que afeta indivíduos, famílias e comunidades e é perpetuado por uma complexa gama de fatores que podem causar efeitos catastróficos, de curto e longo prazo, para indivíduos, famílias e comunidades. Assim, muitas famílias são capazes de sobreviver a um episódio de estresse financeiro, desde que sejam suficientemente alfabetizadas financeiramente e possuam condições que lhe auxiliem a superarestes desafios.

Segundo Kosminsky, Nascimento e Oliveira (2020), o estresse financeiro refere-se ao estresse resultante de uma situação financeira intensa, podendo ou não incluir fatores pessoais, familiares e outras condições financeiras em geral.

2.3.2 Desempenho, Crescimento e Vantagens Competitivas com base na Literacia Fiscal Tributária

A jornada de uma pequena empresa é uma história interessante, repleta de negócios e questões diárias que tem em si inseridos os serviços fiscais que, se somando aos outros deveres dos empreendedores acaba levando a um elemento que é frequentemente ignorado e leva a problemas para e com o fisco: a gestão tributária.

A inexistência ou existência parcial de *compliance* tributário tem alguns efeitos nocivos à economia, ainda que do ponto de vista cultural em alguns países tal conduta seja aceita. Doravante, conforme será retratado a seguir, esse tipo de comportamento, o do descumprimento fiscal, não apenas traz prejuízos ao Estado, mas torna as empresas passíveis de passar por graves e evitáveis situações.

Antes de explicitar as peculiaridades que envolvem a literacia fiscal e suas vantagens, é válido compreender o que é o comportamento fiscal e sua ligação com outro conceito que busca entender as motivações para a conformidade tributária/fiscal: o moral fiscal. Luttmer e Singhal (2014) alegam que o moral fiscal está fortemente ligado ao comportamento fiscal, sendo que o primeiro utilizado pelo meio político para salientar a importância de incentivar a autorregulação por parte das empresas.

Um exemplo interessante de utilização do moral tributário e das características culturais nacionais é o do Quênia, tendo Gichuki (2015, p. 215) destacado em sua tese a frase "*Kulipa ushuru ni kulinda uhuru*", que tem como tradução "pague seus impostos e liberte seu país". Essa frase foi utilizada como forma de incentivar a população a honrar e comemorar o sucesso daqueles que lutaram e se sacrificaram para alforriar o país das amarras do colonialismo. O autor também sugere que ao tratar das questões culturais e patriotas no Quênia, que a educação fiscal se faça mais presente nos planos de ensino da nação, preferencialmente desde o ensino básico.

Evidências já observadas pelo meio acadêmico mostram forte divergência entre o fisco e seus contribuintes, sendo a educação financeira o único meio de trazer a *sapiência* necessária aos empreendedores para que estes possam reconhecer a importância do pagamento de tributos, sua participação social e seus efeitos no desempenho e crescimento empresarial. A educação do contribuinte é uma ferramenta projetada para permitir que os contribuintes entendam as leis

e procedimentos fiscais, oportunizando aos Estados e indivíduos a possibilidade de planejamento e implementação de treinamentos que possam oferecer e desenvolver o conhecimento e capacidades fiscais (LIMA, 2019).

Yong e Freudenberg (2020) buscaram em seu estudo compreender as percepções dos empreendedores neozelandeses sobre a importância e efeitos do *compliance* tributário. Os dados por eles utilizados e analisados foram fornecidos pelo *Inland Revenue Department*, departamento neozelandês responsável pela coleta e análise de declarações fiscais, no período 2004 a 2017, especificamente a aquelas informações relacionado à PMEs. Como resultado os autores encontraram que os empreendedores consideram uma série de fatores econômicos, sociais e legais, inclusive como sua imagem é vista por terceiros e o custo do *compliance* ao seu empreendimento. Alguns dos fatores que foram reconhecidos como de resistência ao *compliance* estão relacionados à complexidade da matéria tributária, ao tempo e ao estresse no processo de coleta e análise das informações necessárias para o preenchimento dos formulários e guias de pagamento de tributos, sendo o pensamento majoritário que o gasto de tempo produtivo retarda o processo de tomada de decisões e as atividades empresariais.

Tais informações não são de fácil compreensão. Um entendimento equivocado pode ocasionar um grande dispêndio de recursos financeiros que poderiam ser utilizados para outros investimentos ou até mesmo para auxiliar o crescimento e desenvolvimento da empresa nas suas etapas iniciais. A complexidade da decisão a ser tomada acaba por ser elevada, ainda, se o empreendedor refletir e considerar outros fatores vitais à instalação do empreendimento, como é o caso da faixa salarial local, custos de construção e expectativa de rendimentos. Em vista disso, ao ser literado na matéria fiscal, é que o tomador de decisões será capaz de racionalizar suas melhores opções e debater com figuras importantes das localidades para negociar os incentivos e atingir as melhores condições possíveis para iniciar os seus negócios.

2.3.3 População, Amostra e Limitação

Considerando as hipóteses do modelo, realizou-se o cálculo de tamanho da amostra mínima com o uso do software G*Power 3.1.9.3 (FAUL *et al.*, 2009). O cálculo da amostra, considerou o número de preditores, o poder do teste e o tamanho do efeito (f^2), conforme Hair *et al.* (2022), que recomenda o uso do poder como 0,80, e f^2 mediano = 0,15, com 5% de probabilidade erro.

A amostra foi obtida por conveniência. Conforme Anderson (2011, p. 264) “a amostra por conveniência é uma amostra não-probabilística, onde os elementos são incluídos na amostragem probabilidades previamente especificadas ou conhecidas”.

O planejamento inicial seria apenas trabalhar com a coleta das informações da Associação dos Comerciantes de São Paulo (Plano A), mas no meio do caminho foi identificado que mesmo tendo enviado mais de 20 mil e-mails o retorno foi extremamente baixo e, considerando a pandemia, foi adotada outra estratégia, outro curso de pesquisa, ampliando toda a pesquisa já em andamento para que obtivéssemos maior robustez e não perdesse a definição do trabalho e o foco da amostra. A amostra sendo contínua/aleatória, começou-se a enviar a todos os contatos pessoais de e-mail, Facebook, Instagram, LinkedIn e WhatsApp (Plano B). Foram somadas então, as respostas dos comerciantes de São Paulo e dos contatos pessoais (Plano C), e com isso foi obtida uma amostra mais robusta.

3 RESULTADOS

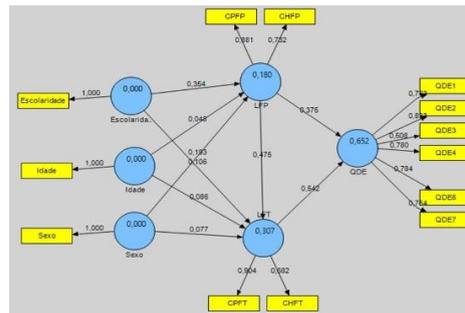
A base de dados original contém dois grupos: a base obtida pelo autor deste estudo ($n=163$) e a base obtida pela Boa Vista ($n=159$). A Boa Vista (SPC) é uma

empresa privada onde a Associação Comercial do Estado de São Paulo é acionista majoritária. A Boa Vista é uma empresa brasileira que alia inteligência analítica à alta tecnologia para transformar dados em soluções para os desafios de clientes e consumidores. Criada há mais de 60 anos como SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da atividade de crédito no Brasil, ajudando o país a estabelecer uma relação de consumo mais equilibrada entre empresas e consumidores.

O total de respondentes nas duas bases é de 322. Desses, 7 não responderam a idade. Colocou-se então a média de 40 anos para esses respondentes. Somente 4 respondentes não quiseram informar qual o sexo. Como a maioria (167, 52%) é constituída de homens, colocou-se então como homens. Alguns não responderam as questões fiscais e tributárias. Foram eliminados, assim como também foram eliminadas as duplicidades. Com essas mudanças, a amostra final ficou constituída por 232 observações.

A figura 1 apresenta o modelo QDE final.

Figura 1 - Modelo final da qualidade da decisão empresarial



Fonte: Autor (2022).

A priori validou-se as variáveis latentes que são utilizadas no modelo QDE. A Tabela 1 apresenta os indicadores para o cálculo das variáveis latentes e o modelo inicial contém 14 indicadores.

Tabela 1 - Carregamento inicial dos indicadores das variáveis latentes no modelo QDE

	Escolaridade	Idade	LFP	LFT	QDE	Sexo
CPFP			0,879			
CPFT				0,904		
CHFP			0,735			
CHFT				0,682		
Escolaridade	1,000					
Idade		1,000				
QDE1					0,781	
QDE2					0,821	
QDE3					0,503	
QDE4					0,781	
QDE5					0,413	
QDE6					0,781	
QDE7					0,760	
Sexo						1,000

Fonte: Autor (2022).

Após as simulações, é retirada a variável QDE5 (0,413), permanecendo no modelo 13 indicadores (Tabela 1), que apresentam carga superior a 0,5.

Tabela 2 - Carregamento final do indicador das variáveis latentes

	Escolaridade	Idade	LFP	LFT	QDE	Sexo
CPFP			0,881			
CPFT				0,904		
CHFP			0,732			
CHFT				0,682		
Escolaridade	1,000					
Idade		1,000				
QDE1					0,783	
QDE2					0,834	
QDE3					0,508	
QDE4					0,780	
QDE6					0,784	
QDE7					0,764	
Sexo						1,000

Fonte: Autor (2022).

O procedimento padrão de bootstrapping é realizado para 232 casos e 1000 amostras e a Tabela 3 informa os valores de *T Student* em sua última coluna. Analisando os valores *T Student*, conclui-se que as correlações entre a variável latente e seus respectivos indicadores são significativas, a um nível de confiança de 95% (valor *T Student* superior a 1,96).

Tabela 3 - Valor de T de *Student* do modelo QDE

	Amostra original (O)	Média da amostra (M)	Desvio padrão (STDEV)	Erro padrão (STERR)	T Student (O/STERR)
CPFP <- LFP	0,881	0,883	0,027	0,027	32,759
CPFT <- LFT	0,904	0,907	0,021	0,021	43,954
CHFP <- LFP	0,732	0,723	0,065	0,065	11,318
CHFT <- LFT	0,682	0,669	0,079	0,079	8,628
QDE1 <- QDE	0,783	0,780	0,038	0,038	20,686
QDE2 <- QDE	0,834	0,832	0,025	0,025	32,778
QDE3 <- QDE	0,508	0,505	0,070	0,070	7,280
QDE4 <- QDE	0,780	0,780	0,029	0,029	26,605
QDE6 <- QDE	0,784	0,782	0,032	0,032	24,270
QDE7 <- QDE	0,764	0,762	0,034	0,034	22,515

Fonte: Autor (2022).

Pela Tabela 4, observa-se que os valores referentes à confiabilidade composta são superiores a 0,7 indicando que existem níveis de consistência interna nas variáveis latentes. Portanto, a conclusão é de que as respostas em conjunto são confiáveis.

Tabela 4 - AVE e confiabilidade composta do modelo QDE

	AVE	Confiabilidade composta	R quadrado	Alpha de Cronbach	Comunalidades
Escolaridade	1,000	1,000	0,000	1,000	1,000
Idade	1,000	1,000	0,000	1,000	1,000
LFP	0,656	0,791	0,180	0,487	0,656
LFT	0,641	0,778	0,307	0,466	0,641
QDE	0,562	0,883	0,652	0,838	0,562
Sexo	1,000	1,000	0,000	1,000	1,000

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Analisando o coeficiente Alfa de Cronbach (Tabela 4), a conclusão é de que existe uma confiabilidade baixa nas variáveis latentes LFP (0,487) e LFT (0,466) e uma confiabilidade alta variável latente QDE (0,838).

De acordo com os resultados da Tabela 4, as variáveis latentes possuem um AVE superior a 0,5, o que indica que o modelo converge para um resultado satisfatório.

A avaliação do modelo de medição é analisada as validades discriminantes (Tabela 4). A conclusão é de que as variáveis latentes são independentes entre si, visto que a raiz quadrada do AVE (diagonal da Tabela 4) é superior às correlações das variáveis latentes.

Tabela 5 - Correlação e raiz quadrada do AVE do modelo QDE

Variáveis latentes	Escolaridade	Idade	LFP	LFT	QDE	Sexo
Escolaridade	1,000					
Idade	-0,110	1,000				
LFP	0,375	0,013	0,810			
LFT	0,285	0,083	0,534	0,801		
QDE	0,334	0,081	0,665	0,743	0,750	
Sexo	0,136	0,023	0,242	0,208	0,220	1,000

Fonte: Autor (2022).

Analisando a multicolinearidade entre as variáveis independentes são utilizados os valores do Variance Inflation Factors (VIF) e os valores da Tolerância. De acordo com Fávero *et al.* (2009), VIF superior a 5 e T inferior a 0,2 indicam multicolinearidade entre as variáveis independentes. Segundo informações dadas na Tabela 5 não existe multicolinearidade visto que os valores de VIF são inferiores a 5 e os valores da Tolerância são superiores a 0,2.

Tabela 6 – VIF e tolerância do modelo QDE

Variáveis latentes	Qualidade da decisão empresarial		Literacia financeira pessoal		Literacia fiscal e tributária	
	Tolerância	VIF	Tolerância	VIF	Tolerância	VIF
Literacia financeira pessoal	0,724	1,381				
Literacia fiscal e tributária	0,724	1,381				
Escolaridade			0,969	1,032	0,969	1,032
Faixa etária			0,986	1,014	0,986	1,014
Sexo			0,980	1,020	0,980	1,020

Fonte: Autor (2022).

Analisando os resultados da relação entre as variáveis o grau de explicação do modelo. Segundo a Tabela 6, as variações referentes à escolaridade, à idade e ao sexo explicam 18,0% das variações da literacia financeira pessoal (LFP) e 30,7% das variações da literacia fiscal tributária. Já as variações da LFP e da LFT conseguem explicar 65,2% das variações da variável latente QDE. O R² do LFP é considerado médio enquanto os R² dos LFT e PDE são considerados de efeito grande.

Tabela 7 - Coeficientes e R quadrado do modelo QDE

Variáveis latentes	LFP	LFT	QDE
Escolaridade	0,354	0,106	
Idade	0,048	0,086	
LFP		0,475	0,375
LFT			0,542
QDE			
Sexo	0,193	0,077	
R quadrado	0,180	0,307	0,652

Fonte: Autor (2022).

Analisando a influência da variável independente sobre a variável dependente é significativa.

Analisando os valores *T Student* disponíveis na Tabela 7, a influência da escolaridade sobre a LFP (*T Student*=1,683), a influência da idade sobre a LFP (*T Student*=0,847), a influência da idade sobre a LFT (*T Student*=1,536) e a influência do sexo sobre a LFT (*T Student*=1,315) não apresentam significância estatística porque o valor *T Student* é inferior a 1,96.

Tabela 8- Resumo dos testes do modelo QDE

	Hipótese	Coefficiente	T Student	Significativo ?	Confirma a Hipótese?
Escolaridade -> LFP	H2	0,354	5,620	Sim	Sim
Escolaridade -> LFT	H6	0,106	1,683	Não	Não
Idade -> LFP	H3	0,048	0,847	Não	Não
Idade -> LFT	H7	0,086	1,536	Não	Não
LFP -> LFT	H8	0,475	6,945	Sim	Sim
LFP -> QDE	H4	0,375	7,168	Sim	Sim
LFT -> QDE	H9	0,542	10,498	Sim	Sim
Sexo -> LFP	H1	0,193	3,201	Sim	Sim
Sexo -> LFT	H5	0,077	1,315	Não	Não

Fonte: Autor (2022).

Analisa-se o sinal e a magnitude dos coeficientes. De acordo com os dados da Tabela 8, a escolaridade, a idade e o sexo apresentam uma influência positiva sobre a LFP. Pelos resultados pode-se concluir que a escolaridade (coeficiente = 0,354) é a variável independente que apresenta maior influência sobre o nível de literacia financeira pessoal (LFP). Em segundo lugar, o sexo (coeficiente = 0,193) e, por último, a idade (coeficiente = 0,048), lembrando que a idade não apresenta influência estatisticamente significativa sobre a LFP. Com esses resultados, confirmam-se as hipóteses H1 e H2, e não se confirma a hipótese H3 do modelo (Tabela 8).

Ao analisar o sinal do coeficiente da LFP (0,475), a conclusão é de que a literacia financeira pessoal (LFP) possui uma influência positiva sobre a LFT. Em outras palavras, quanto maior a LFP, maior a LFT. Confirma-se a hipótese 8 (Tabela 8).

As variáveis escolaridade (coeficiente=0,106), idade (coeficiente=0,086) e sexo (coeficiente=0,077) apresentam influência positiva sobre a literacia fiscal tributária, porém, essas variáveis não apresentam influência estatisticamente significativa. Com esses resultados não se confirmam as hipóteses 5, 6 e 7 (Tabela 8).

Para finalizar, analisa-se a influência dos níveis de literacia sobre a qualidade da decisão empresarial (QDE). Tanto a LFP (coeficiente=0,375) como a LFT (coeficiente=0,542) possuem influência positiva sobre a QDE. Em outras palavras, quanto maior o nível de literacia financeira pessoal, melhor a qualidade da decisão empresarial; quanto maior o nível de literacia fiscal tributária, melhor a qualidade da decisão empresarial (Tabela 8).

Analisando o valor dos coeficientes, pode-se concluir que o nível de literacia fiscal tributária apresenta influência maior do que o nível de literacia financeira pessoal. Os resultados confirmam as hipóteses H4 e H9 do modelo (Tabela 8).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literacia financeira no empreendedorismo baseia-se geralmente em dois elementos que estão intimamente relacionados: a) Conhecimento financeiro: facilidade de uma pessoa com termos e conceitos relacionados à gestão financeira de um negócio, por exemplo, conhecer o vocabulário empreendedor, saber onde buscar informações e ter experiência em administração de negócios; b) alfabetização financeira: a capacidade de uma pessoa de tomar decisões e realizar ações relacionadas à gestão financeira de uma empresa, incluindo declarações de arquivamento, assinatura de contratos comerciais, solicitação de financiamento e

preparação de um plano de negócios.

Com o intuito de responder ao objetivo geral da pesquisa que tinha como propósito identificar se uma maior literacia financeira pessoal e fiscal tributária melhoram decisões financeiras empresariais com gestores e empreendedores brasileiros, foi constatado que os principais fatores que influenciam a alfabetização financeira são: nível educacional; educação/Treinamento; idade; gênero; experiência administrativa e família. Para isso, foram investigadas várias questões relacionadas a literacia financeira e fiscal tributária. A análise da literatura apoia a visão de que as PMEs com acesso adequado a literacia financeira pessoal e fiscal tributária são mais propensas a crescer, ou seja, tomaram boas decisões. No entanto, a literatura que examina as ligações causais e os efeitos da alfabetização financeira no crescimento das empresas permanece pouco explorada para a economia brasileira.

Outrossim, a amostra da pesquisa foi composta por 232 participantes, de ambos os sexos, embora a predominância de respostas partiu de indivíduos do sexo masculino, que por meio da aplicação de questionários foi possível concluir que a literacia financeira é um conceito chave que pode ajudar a garantir o sucesso de um projeto empreendedor.

O conceito de alfabetização financeira é realmente bastante simples. É ter conhecimento suficiente para se sentir confiante para tomar boas decisões na gestão de suas finanças pessoais. E, finalmente, gerenciar o estresse e as emoções que podem estar associadas a esses tipos de decisões. Ter conhecimentos de literacia financeira significa, por exemplo, ser capaz de fazer um orçamento, distinguir as diferentes formas de poupar, compreender certos princípios de tributação e ter consciência da importância de poupar ou planejar algo.

Os resultados deste estudo apoiam a visão de que um currículo de alfabetização financeira aumentará a eficácia das PMEs na preparação de informações financeiras. As implicações de nossas descobertas são que, para uma economia competitiva, a alfabetização financeira dos proprietários/gerentes das PMEs não é um luxo, mas uma necessidade que ajuda a moderar a assimetria de informações quando as empresas buscam crescer sem dívidas – por exemplo. Portanto, a gestão da oferta de aprendizagem dentro das instituições de ensino formal pode ter o potencial de aproveitar as capacidades operacionais da empresa.

As conclusões do estudo sugerem que os decisores políticos, profissionais e acadêmicos devem aumentar a agenda de investigação para estudar o impacto da literacia financeira pessoal e fiscal tributária. Além disso, é necessário considerar o uso de uma grande amostra para testar empiricamente a relação entre a alfabetização financeira, as decisões tomadas pelos gestores e empreendedores e o crescimento das empresas pequenas e médias. Concluindo, embora o conceito de literacia financeira tenha ganhado força na literatura desde pouco mais de uma década, as suas implicações têm sido sentidas há várias décadas pelos proprietários de PMEs.

Os conceitos que permeiam a literacia financeira ainda constituem um tema recente no ambiente acadêmico e pouco explorado. A amplitude desse trabalho contribuiu para a ampliação de discussões importantes, seja do ponto de vista teórico ou prático, todavia, algumas considerações limitantes precisam ser elencadas. Primeiramente, é válido salientar que essa tese foi construída no momento em que o mundo atravessava por uma crise de saúde sem precedentes provocada pela pandemia do Covid-19, e por isso, muitas PMEs passaram por dificuldades de ordem econômica inimagináveis, por isso, o processo de coleta de dados foi inviabilizado. Por isso, foram traçadas estratégias diferenciadas no envio de e-mails e contato por redes sociais diversas para que a amostra da pesquisa fosse expressiva o máximo possível.

Mesmo que o estudo forneça novos *insights* este estudo foi baseado em uma amostra relativamente pequena; portanto, devemos ser cautelosos ao extrapolar

conclusões generalizadas. As PMEs da amostra são provenientes de setores mistos; a relação generalizada pode não ser verdadeira para todos os setores. Para testar a robustez dos resultados, futuros pesquisadores podem examinar um conjunto de amostras maiores com um aprofundamento do conceito relacionado à literacia financeira, setor por setor, e considerar dados de outras regiões ou até mesmo outros países.

No entanto, este estudo amplia a literatura no campo de estudo, concentrando-se nas implicações da relação entre alfabetização financeira, alfabetização fiscal, crescimento dos negócios, desempenho e a vantagem competitiva das empresas, em especial para a associação dos comerciantes do Estado de São Paulo (objeto inicial da pesquisa) e gestores e empreendedores brasileiros com ênfase nos efeitos destas modalidades de alfabetização fiscal tributária e incentivar as empresas a adquirirem conhecimentos relacionados ao campo fiscal e financeiro com o fim de agir de forma mais eficaz.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, P.; BALAVAC-ORLIC, M. Tax morale: Framing and fairness. **Economic Systems**, 46(1), 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2021.100936>. Acesso em 12 nov. 2021.

ANDERSON, David R. **Estatística aplicada à administração e economia**. David R. Anderson, Dennis J. Swenney, Thoma A. Williams. 2a ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ARYA, Anshika; SINGLA, Anju; MALLI, G. Determinants of financial literacy: Empirical evidence from micro and small enterprises in India. **Asia Pacific Management Review**, 26(4), 1-8, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apmrv.2021.03.001>. Acesso em 03 dez. 2021.

AMAGIR, Aisa; GROOT, Wim; VAN DEN BRINK, Henriëtte Maassen; WILSCHUT, Arie. Financial literacy of high school students in the Netherlands: knowledge, attitudes, self-efficacy, and behavior. **International Review of Economics Education**, v. 34, p. 100-185, 2020. Disponível em: DOI: 10.1016/j.iree.2020.100185. Acesso em 12 set. 2021.

ANDRADE, Jefferson Pereira; LUCENA, WGLL. Educação Financeira: uma análise de grupos acadêmicos. **Economia e Gestão**, v. 18, n. 49, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/10121>. Acesso em 03 nov. 2021.

BATRANCEA, Larissa; NICHITA, Anca; BATRANCEA, Ioan; ROUX-CESAR, Ana Maria;

FORTE, Denis. **Sustainability: Sustainable Tax Behavior on Future and Current Emerging Markets: The Case of Romania and Brazil**, 2018 In: CALIYURT, Kiyomet Tunca; SAID, Roshima. Sustainability and Social Responsibility of Accountability Reporting Systems. Springer, 2018, cap. 9, p. 141-158. ISBN 978-981-10-3210-3.

DE LEMA, Domingo García Perez; PALOMO, Daniel Ruiz; SOTO, Julio Diégues. Analysing the roles of CEO's financial literacy and financial constraints on Spanish SMEs technological innovation. **Technology in Society**, v. 64, p. 101519, 2021. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/eeeteinso/v_3a64_3ay_3a2021_3ai_3ac_3as0160791x20313221.htm. Acesso em 15 ago. 2021.

FAUL, F.; ERDFELDER, E.; BUCHNER, A.; LANG, A.G. Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. **Behavior Research Methods**, 41, 1149-1160, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.3758/BRM.41.4.1149>.

Acesso em 08 ago. 2021.

GARCÍA-PÉREZ-DE-LEMA, D., RUIZ-PALOMO, D.; DIÉGUEZ-SOTO, J. Analyzing the roles of CEO's financial literacy and financial constraints on Spanish SMEs technological innovation. **Technology in Society**, 64, 1-12. (2021).

<https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2020.101519>.

GICHUKI, Evanson Njaramba. **Tax administration reforms in Kenya identifying lessons to model a strategy for sustainable administration of County taxes**. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HUSSAIN, Javed; SALIA, Samuel; KARIM, Amin. **Is knowledge that powerful? Financial literacy and access to finance**. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/empreendedorismo/22649-demografia-das-empresas-e-estatisticas-de-empreendedorismo.html?=&t=resultados>. Acesso em: 29 jan. 2021.

KIRAN, Funda; BOZKURT, Özlem Çetinkaya. Finansal Okuryazarlık, Risk Alma Eğilimi ve Belirsizliğe Karşı Tolerans İlişkisi: Batı Akdeniz Girişimcileri Üzerine Bir Araştırma. **Eskişehir Osmangazi Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Dergisi**, v. 15, n. 3, p. 1203-1222, 2020. <https://doi.org/10.17153/oguiibf.617547>.

KAISER, T.; MENKHOFF, L. Active learning improves financial education: Experimental evidence from Uganda. **Journal of Development Economics**, 157, 1-9. (2022). <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2022.102870>.

KOSMINSKY, Maurício; NASCIMENTO, Michele Gomes do; OLIVEIRA, Gabriela Neves Silva de. **Estresse financeiro e dor, o que surge após uma crise econômica? Revisão integrativa**. BrJP, n. AHEAD, 2020.

KOVÁCS, Levente; TERTÁK, Elemér. **Financial Literacy**. Panacea or placebo, 2016. LIMA, Ivan Cordeiro. **Educação Fiscal para a Cidadania**. 2019.

LUTTMER, Erzo FP; SINGHAL, Monica. Tax morale. **Journal of economic perspectives**, v.28, n. 4, p. 149-68, 2014. DOI: 10.1257/jep.28.4.149.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. 2018, 2019 e 2020.

SEBRAE. **Os empresários e os potenciais empresários no Brasil**. 2012. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Empresarios_potenciais_empresarios_no_brasil.pdf Acesso em: 10 set. 2020.

_____. **O Financiamento das MPE no Brasil**. 2017. Disponível em: https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/843a3

cb8bd1 901b9dec713eb3cddb260/\$File/7754.pdf Acesso em: 10 set. 2020.

_____. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Anuário do trabalho nos pequenos negócios**: 2016. 2018.

_____. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Análise do CAGED: Janeiro/2019**. 2019.

SHAH, N. Literacy rate in India. **International Journal of Research in all Subjects in Multi Languages**, v. 1, n. 7, p. p12-16, 2013. Disponível em: http://www.raijmr.com/ijrsml/wp-content/uploads/2017/11/IJRSML_2013_vol01_issue_07_04.pdf. Acesso em 29 jun. 2021.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. **Prospect theory: An analysis of decision under risk**. In: **Handbook of the fundamentals of financial decision making: Part I**. 2013. p. 99- 127.

WAHYONO, Nanang Dwi; HUTAHAYAN, Benny; The relationships between market orientation, learning orientation, financial literacy, on the knowledge competence, innovation, and performance of small and medium textile industries in Java and Bali. **Asia Pacific Management Review**, v. 26, n. 1, p. 39-46, 2021. DOI:10.1016/j.apmr.2020.07.001.

YONG, Song; FREUDENBERG, Brett. Perceptions of Tax Compliance by SMEs and Tax Practitioners in New Zealand: A Divergent View? **New Zealand Journal of Taxation Law and Policy**, v. 26, n. 1, p. 57-85, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/56362818.pdf>. Acesso em 15 mar. 2021.